



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de  
Cultura, Comunicação, Juventude e  
Desporto

**Assunto: Requerimento para Audição do Ministro da Cultura, da Associação ALMA STOP e da Associação Cultural de Músicos do STOP (ACM STOP) sobre o dano causado à atividade cultural pelo encerramento do Centro Comercial STOP no Porto.**

O STOP, aberto em 1982 como centro comercial, funciona há mais de 20 anos como espaço cultural, com as diversas frações dos pisos a serem usadas como salas de ensaio e estúdios por muitos artistas, na sua maioria músicos.

O espaço cultural que atualmente o STOP é, com mais de 500 utilizadores, sendo que mais de 90% são músicos, constitui uma mais-valia para o Porto e para o país, constituindo mesmo, como referiu em entrevista o próprio Presidente da Câmara Municipal do Porto, *“um património muito importante para a cidade. É ali que se encontra a fábrica de música do Porto (...). Como tal, tudo faremos para a preservar”* (1/2/2019).

A Câmara Municipal do Porto (CMP) decretou no passado dia 18 de julho um primeiro encerramento coercivo de 105 das 126 lojas do centro comercial, impedindo deliberadamente o acesso ao seu interior a centenas de proprietários e inquilinos, e, em consequência impedindo-os de trabalhar. O encerramento motivou um forte movimento de protesto por parte das associações representativas dos artistas utilizadores que trabalham no STOP, com grande repercussão e solidariedade na cidade e na região.

Foi graças a essa onda de solidariedade que, depois de negociações com os representantes dos utilizadores do STOP, a CMP aceitou a 4 de agosto reabrir o espaço e permitir a sua utilização por quem nele trabalha, em termos e condições devidamente acordados. Contudo, naquele que tem sido um longo e desgastante processo, a CMP optou no dia 4 de setembro por voltar atrás e agravar de novo a situação existente em vez de criar as condições necessárias para centenas e centenas de trabalhadores, comerciantes e músicos desenvolverem a sua atividade e a sua própria vida quotidiana. Em concreto, o presidente da CMP assinou um despacho ordenando *“a cessação da utilização do edifício [do STOP], de todas as frações autónomas e do parque de estacionamento aberto ao público do referido edifício, fixando o prazo de dez dias úteis para o cumprimento voluntário desta medida”*.



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

O encerramento forçado de um espaço desta dimensão, significado e impacto na produção cultural da região e do país não pode deixar indiferente o Governo, e em especial o Ministro da Cultura, principalmente por lhe competir constitucionalmente a responsabilidade de promover a democratização cultural, incentivando e assegurando o acesso de todos à fruição e criação cultural.

Assim, face à importância deste espaço, à implicação de centenas de músicos e artistas, com todas as consequências que um eventual encerramento representa na amputação do direito à criação cultural, o PCP entende ser urgente questionar o Ministro da Cultura sobre que acompanhamento e medidas tem desenvolvido e virá a desenvolver para assegurar a que os mais de 500 músicos que trabalhavam, ensaiavam e criavam no STOP possam continuar a desenvolver as suas atividades. Da mesma forma, o PCP entende muito importante que a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto ouça os representantes dos artistas que trabalham neste espaço para poder aferir das consequências que o encerramento deste espaço pode vir a ter no campo cultural regional e nacional.

Assim, considerando o exposto, o Grupo Parlamentar do PCP requer, com máxima urgência, a presença do Sr. Ministro da Cultura e dos representantes da associação ALMA STOP e da Associação Cultural de Músicos do STOP (ACM STOP) a fim de ser ouvidos nesta Comissão sobre o assunto.

Assembleia da República, 8 de setembro de 2023

Os Deputados

Paula Santos

Manuel Loff

Nº Refª 70767-119